

Declínio Inquietante

EM um decepcionante recuo de posições publicamente assumidas apenas 24 horas antes, manteve o presidente do Senado o injustificável pagamento dos *jétons* aos parlamentares faltosos. A mesa da Câmara sentiu-se à vontade para ir nas águas da propecta vizinhança. Em lugar da medida saneadora que todos esperavam, também o deputado Ulisses Guimarães limitou-se a repetir o apelo — certamente inócuo — em favor do esforço concentrado, dois dias por semana, para limpeza da pauta de discussão e votação.

Permanecem, deste modo, intocadas as numerosas mordomias que floresceram no Congresso à sombra do arbítrio, como uma espécie de *ersatz* às reais prerrogativas retiradas pelo regime de 1964. O vento da redemocratização poderia tê-las arrancado, não encontrasse a indiferença cívica dos parlamentares um solo firme para enraizar-se no sistema de voto proporcional. Não dependendo de um grupo fixo de eleitores, não estando sujeitos ao controle direto dos votantes como ocorre onde vigora a escolha por distrito, podem senadores e deputados entregar-se ao luxo de dar as costas ao mal-estar provocado pelo seu comportamento inadequado. Sempre poderão contar com as sobras de votos para obter um novo mandato.

É mais do que uma infeliz coincidência o fato de que a ardorosa defesa do fisiologismo, esta semana, na Câmara e no Senado, se houvesse sobreposto à divulgação dos dados de uma pesquisa de opinião em que a imagem do político brasileiro cai a um nível alarmantemente negativo.

Este é um resultado que, se não comove a maioria dos políticos, seguramente incomoda a consciência da nação. Os desdobramentos do desprestígio em que desaba a atividade política são vários e todos eles preocupantes. Vem antes de todos a frustração das

esperanças de uma redistribuição equilibrada dos poderes da República. O que primeiro o Congresso obstruiu com os detritos de suas leviandades é o caminho para a tão desejada redução das atribuições quase majestáticas do Executivo a limites toleráveis dentro de um sistema democrático.

Há mais de um século o Brasil arqueia as costas sob o fardo cada vez mais volumoso do poder que emana da Presidência da República. Muitos males resultam dessa hipertrofia. A ela são devidos conflitos potencialmente perigosos, como o que abre fossos entre as regiões e desnivela-as brutalmente entre si. No entanto, quando surge a oportunidade de libertar o país de parte dessa carga, os políticos deixam o trem passar, numa teimosa recusa em assumir de modo pleno e satisfatório a parte que lhes cabe na condução da vida nacional.

Equivale o seu egoísmo a uma condenação do Brasil ao presidencialismo imperial. Embora não lhe agrade ser governado por um presidente que se senta no trono de Zeus, o povo acaba, à falta de opção, por preferir que as decisões cruciais fiquem com o Executivo. Como entregá-las às mãos de um Legislativo cujos integrantes não se encabulam de violar os regimentos que fizeram para si próprios e, para garantir vantagens pessoais, fazem da Constituição letra morta?

O Brasil perde duplamente com essa arraigada falta de espírito público dos congressistas. Perde materialmente, porque com o dinheiro destinado ao pagamento do interminável festim poderiam satisfazer-se necessidades urgentes da população. E perde, sobretudo, politicamente. O fisiologismo, ao desmoralizar o Congresso, leva consigo de roldão a confiança no regime democrático. Graças à permanência de tais vícios, mal restaurada a democracia, ei-la de novo como alvo fácil dos seus indormidos e implacáveis inimigos de sempre.